

home/ Olimpíada

Olimpíada

Muitas perguntas, poucas respostas

por [Natalia Viana](#) | 30 de junho de 2016

Levantamento inédito da Artigo 19 revela que falta de transparência é regra no plano de segurança da Olimpíada; órgão mais problemático, Secretaria de Segurança do Rio acaba de receber mais R\$ 2,9 bilhões do governo federal

Na tarde desta quarta-feira, 29 de junho, o presidente interino Michel Temer assinou um decreto liberando crédito a fundo perdido de R\$ 2,9 bilhões para o governo do Rio de Janeiro reforçar a segurança na Olimpíada.



Organizações Artigo 19 e Justiça Global constataram que há pouca transparência em relação ao plano de segurança da Olimpíada do Rio (Foto: Alex Ferro/Rio 2016)

Mas o esquema de segurança dos Jogos deixa muito a desejar em relação à transparência sobre gastos, protocolos de atuação e planejamento, em todas as diferentes forças e esferas governamentais envolvidas. E a Secretaria de Estado do Rio é a mais problemática.

É o que revelam as respostas a 16 pedidos de acesso a informação feitos pelas organizações Artigo 19 e Justiça Global e analisados pela **Pública**. As demandas foram feitas em fevereiro e março deste ano a diferentes instâncias: Polícia Federal, Ministério da Defesa, Ministério

da Justiça, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Anatel e Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro (Seseg). Apenas nove pedidos foram respondidos satisfatoriamente – um deles, somente após recurso em terceira instância às Controladoria-Geral da União (CGU), que levou quase dois meses para ser concluído.

“Estamos trabalhando há alguns meses em torno desses pedidos, e o que vemos é que de fato segurança pública ainda é um dos temas mais problemáticos e obscuros quando se trata de transparência do poder público”, explica a advogada Camila Marques, coordenadora do Centro de Referência Legal da Artigo 19, organização que defende o direito à informação. “Não podemos afastar do controle social a elaboração e previsão de políticas públicas tão somente pelo fato de se tratar de segurança pública. A divulgação dessas informações, em muitos casos, não traz riscos para a segurança pública; pelo contrário, fomenta debates, pesquisas, o monitoramento da sua eficácia e outros elementos.”

O buraco negro da Seseg

A Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro foi a mais opaca entre todas as instâncias consultadas. Não cumpriu nenhum dos prazos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) e em alguns casos simplesmente ignorou os pedidos feitos. “A Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro apresentou diversas peculiaridades e problemas. Em todos os casos da Seseg, tivemos que utilizar o instrumento recursal para cobrar que a secretaria apenas respondesse. Teve um caso em que tivemos que recorrer apontando o descumprimento do prazo e cobrando uma resposta por três vezes”, explica Camila.

A “lista de compras” de equipamentos não letais só foi obtida depois de uma batalha que levou o pedido, feito no dia 18 de fevereiro, à terceira instância recursal. A demanda feita à Secretaria foi solenemente ignorada duas vezes e foi respondida só em 11 de abril, depois de as organizações apelarem à Controladoria-Geral da União (CGU). ([Leia mais aqui](#))

Outro questionamento da Artigo 19 era sobre a aquisição de equipamentos eletrônicos e softwares para uso policial durante a Olimpíada. A Seseg respondeu apenas que as informações eram estratégicas e de caráter reservado, mas não explicou o porquê. A ONG recorreu em 14 de abril e ainda não recebeu resposta. “O órgão que for questionado sobre informações sigilosas deve sempre oferecer informações como: assunto, grau de classificação, autoridade que decretou o sigilo, data desse decreto e o dispositivo que fundamente de maneira clara o sigilo”, explica Camila. ([confira o pedido](#))



José Mariano Beltrame, titular da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, a mais opaca de todas as instituições consultadas pela Artigo 19 e Justiça Global (Foto: Amanda Santos/Seseg)

A advogada chama atenção ainda para o fato de que o governo do Rio lançou apenas há alguns meses [um site](#) em que se podem protocolar pedidos pela Lei de Acesso – até então, alguns pedidos tinham de ser levados pessoalmente à sede da Seseg, no centro do Rio. Porém, o site ainda deixa a desejar: “Não é bem divulgado, não há espaço destinado para a interposição de recurso, e para recorrer é preciso entrar com um novo pedido de informação, com um limite de 2.000 caracteres, o que é insuficiente para tratar de uma questão recursal”, diz.

Secretaria não explica como gastará R\$ 2,9 bilhões

A falta de transparência na segurança da Olimpíada já se estende à aplicação do montante de R\$ 2,9 bilhões liberados pelo governo federal [por medida provisória](#) quatro dias depois de o governo do Rio de Janeiro decretar estado de calamidade pública pela sua falência financeira. (Na véspera do decreto, o presidente interino, Michel Temer, [jantou](#) em Brasília com o governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, também interino, e o prefeito carioca Eduardo Paes).

O crédito passou a valer a partir de outra medida provisória, publicada [nesta quinta-feira](#) no Diário Oficial.

Leyser, no final do ano passado. É 50% a mais do que o total gasto pelo governo federal com a Copa do Mundo nas 12 cidades-sede (cerca de R\$ 1,9 bilhão).

Procurada pela **Pública** no mesmo dia em que a verba foi liberada, a assessoria de imprensa se Seseg afirmou: “Em reunião hoje do secretário José Mariano Beltrame com o governador em exercício Francisco Dornelles ficou acertado que primeiramente serão atendidos os servidores policiais, com o pagamento do restante do salário de maio, pagamento do salário de junho e das gratificações em atraso do Regime Adicional de Serviço (RAS) e Sistema Integrado de Metas”.

O RAS significa um regime de hora extra pago a policiais que fazem rondas fora do horário do serviço. Os soldados recebem R\$ 150,00 por oito horas trabalhadas. A estimativa do custo para ter 25 mil PMs trabalhando e ganhando por fora durante os Jogos era de R\$ 42 milhões, segundo *O Globo*. Já a folha de pagamento mensal da SESEG com policiais da ativa custa cerca de R\$ 500 milhões.

Questionada sobre quanto por cento do valor total representa esse gasto inicial com salários e o que se pretende fazer com o restante, a assessoria de imprensa disse que “a ideia é descentralizar esse recurso para os batalhões policiais pagarem suas contas, por exemplo, com contratos de manutenção de aeronaves”.

A assessoria disse à **Pública** que não sabe os valores exatos, e quem deve saber isso são a PM e os departamentos. Após insistência, pediu mais prazo para enviar dados mais concretos, mas não respondeu até a publicação.

Se os protocolos existissem...

Além de indagarem sobre valores e equipamentos a serem utilizados na Olimpíada, a Artigo 19 e a Justiça Global perguntaram à Polícia Federal e ao Ministério da Defesa quais os protocolos que as forças atuantes do megaevento adotariam.

As respostas foram evasivas. “Recebemos uma resposta da Polícia Federal que ilustra bem a falta de justificativas concretas para a negação de uma informação: indagamos sobre as normativas editadas que dizem respeito especificamente a medidas e ações que ocorrerão durante a Olimpíada de 2016. Em sua resposta, a Polícia Federal afirmou que essas normativas não existem, porém, caso existissem, estariam guardadas em sigilo. Entretanto, ao determinar que a informação é sigilosa, o órgão deve sempre fundamentar e apresentar a motivação do ato classificatório demonstrando o risco, ainda que potencial, que a divulgação causaria à segurança pública. Nesse caso, além de não justificar concretamente a necessidade desse sigilo, o órgão estabelece a classificação em abstrato em relação a documentos que nem sequer existem”. (confira o pedido).

Para Camila, “é essencial que a sociedade possa conhecer como o policial deve se comportar para que possa cobrar a estrita legalidade das suas ações”.

Ela diz que o levantamento permite concluir que órgãos do Executivo federal responderam com mais pontualidade às demandas de acesso à informação do que o estado do Rio.

“A realização dos Jogos Olímpicos pressupõe uma série de políticas públicas,

Sobre Isso, Leia Também



Forças Armadas querem usar bloqueadores de celular contra drones “hostis” e terrorismo na Olimpíada



Quem fica com o “filé” no Rio das Olimpíadas?

...sistemas que a segurança desses sistemas... megacidades... geram...
acompanhada por uma série de violações aos direitos humanos: remoções de comunidades inteiras, aumento da militarização, criminalização dos movimentos sociais, entre outros. A sociedade tem o direito de estar informada e participar de todos os processos que a afetem. A opacidade verificada nas respostas que recebemos aponta que o legado dos jogos à sociedade será bastante negativo e contrário à garantia dos direitos humanos.”



Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada

Leia também: Forças Armadas querem usar bloqueador de celular contra drones na Olimpíada

Tags: [governo do Rio de Janeiro](#), [Jogos Olímpicos](#), [Lei de Acesso à Informação](#), [Olimpíada](#), [Rio 2016](#), [Rio de Janeiro](#), [segurança publica](#), [transparência](#)

Comentários

Opte por Disqus ou Facebook

0 Comments

A Pública

1 Login

Recommend 1

Share

Ordenar por Melhor avaliado



Start the discussion...

Be the first to comment.

Subscribe

Adicione o Disqus no seu site Add Disqus Add

Privacidade

0 Comments

Sort by Oldest



Add a comment...

Facebook Comments Plugin

mais recentes

mais compartilhadas

vídeos



O Porto Maravilha é negro 2

Olimpíada | por Rogério Daflon | 19 de julho de 2016

Construído na região que abrigou o maior porto negreiro das Américas, projeto da prefeitura "lembra pra esquecer" essa herança; debaixo da atração turística há milhares de ossos de escravos traficados, dizem especialistas

Concremat: de "braço auxiliar" das remoções à queda da ciclovia

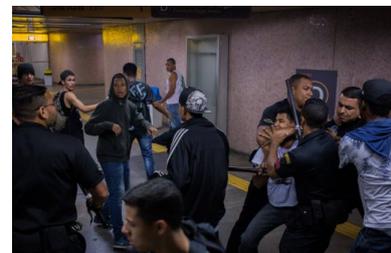
Empresas | por Adriano Belisário | 14 de julho de 2016

Laudos e contralaudos revelam falhas graves da Concremat – construtora da ciclovia que caiu no Rio de Janeiro – em serviço de identificação de áreas de risco para a prefeitura já em 2010. Ministério Público denunciou 14 pessoas pelo desabamento

O relatório silenciado

Internacional | por IDL-Reporteros | 12 de julho de 2016

Informe parlamentar sobre os desdobramentos da Lava Jato no Peru revela como as empreiteiras brasileiras



Brutalidade no Metrô do Rio

Da Redação | por José Cicero da Silva | 7 de julho de 2016

Nosso repórter fotográfico e videomaker José Cicero da Silva registrou cenas de agressão a manifestantes por parte de seguranças do Metrô do Rio. Confira o relato e assista ao vídeo



[reportagens](#)

[especiais](#)

[olimpiada](#)

[truco no congresso](#)

[casa pública](#)

[quem somos](#)

[english](#)



AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO

Busque ...

[Inicial](#)

[Quem somos](#)

[Reportagens](#)

[Copa Pública](#)

[Documentos](#)

[English](#)

[casa publica](#)

[Especiais](#)

[Amazônia](#)

[Direitos Humanos](#)

[Ditadura](#)

[Empresas](#)

[Internacional](#)

[Meio Ambiente](#)

[Transparência](#)

[WikiLeaks](#)

Site desenvolvido por:



e alguns ícones por
Entypo



Attribution-NoDerivs CC BY-ND